POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS CONSERVADORES: um debate sobre cotidiano e subalternidade

Adriana Ramos, Universidade Federal Fluminense (UFF), de Niterói/RJ, Professora Associada da Escola de Serviço Social; Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: adriana.ramos.4791@gmail.com

Coordenadora

Amanda Guazzelli, Universidade Federal Fluminense, Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social de Campos (UFF-Campos). Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. E-mail: guamandita@yahoo.com.br

Emilie Faedo Della Giustina, Universidade Federal Fluminense (UFF), de Niterói/RJ, Professora Adjunta da Escola de Serviço Social; Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: emiliefaedo@hotmail.com

Janaína Albuquerque de Camargo, Universidade Federal Fluminense (UFF), de Niterói/RJ, Professora Adjunta da Escola de Serviço Social; Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: jana.camargo82@gmail.com

RESUMO

O trabalho proposto apresenta de maneira introdutória, a discussão contemporânea entre cotidiano, hegemonia, subalternidade, conservadorismo na sociedade brasileira e os impactos nas políticas públicas, com destaque: para a Assistência Social e a Saúde. Compreendemos que é no cotidiano, como o âmbito da continuidade da vida, que se objetivam, em condições históricas e socialmente determinadas, as relações sociais entre os homens que se produzem e se reproduzem. Nesse sentido, quando abordamos as relações sociais, no sistema capitalista, estamos nos referindo também à luta de classes, ou seja, a luta entre os subalternos, grupos sociais constituídos que estão sujeitos a formas de direção política e social impostas pelas classes dominantes. Essa luta se expressa no cotidiano, que é carregado de determinações históricas e sociais, espaço para a conquista da hegemonia, de um determinado grupo sobre o outro, onde se constrói e se consolida a ordem instituída. E, serão os subalternos que constituirão o público alvo das políticas públicas, sobretudo no contexto pandêmico, em que a questão da finitude humana atravessa mais fortemente esse cotidiano da sociedade brasileira. Sociedade essa que tem sua formação sócio histórica eivada pelo conservadorismo, que se desenvolve e se apresenta com novas formas, inclusive incidindo nas políticas públicas, em específico, nas de Assistência Social e Saúde, que vem sendo cada vez mais acionadas durante a crise econômica, intensificada pela crise pandêmica. Assim é necessário o fortalecimento das resistências e das lutas dos subalternos posto que estes, como classe trabalhadora, são os sujeitos revolucionários da História.

Palavras-chave: Cotidiano; subalternidade; políticas públicas.

ABSTRACT

The proposed work introduces, in an introductory way, the contemporary discussion between daily life, hegemony, subordination, conservatism in Brazilian society and the impacts on public policies, with emphasis on: for Social Assistance and Health. continuity of life, which aim, under historically and socially determined conditions, the social relations between men that produce and reproduce. In this sense, when we approach social relations in the capitalist system, we are also referring to the class struggle, that is, the struggle between subalterns, constituted social groups that are subject to forms of political and social direction imposed by the dominant classes. This struggle is expressed in daily life, which is loaded with historical and social determinations, a space for the conquest of hegemony, of a certain group over the other, where the established order is built and consolidated. And, it will be the subalterns who will constitute the target audience of public policies, especially in the pandemic context, in which the issue of human finitude most strongly permeates this daily life of Brazilian society. A society that has its socio-historical formation marred by conservatism, which develops and presents itself in new ways, including focusing on public policies, in particular, on Social Assistance and Health, which has been increasingly triggered during the economic crisis, intensified by the pandemic crisis. Thus, it is necessary to strengthen the resistance and struggles of subalterns, since these, as the working class, are the revolutionary subjects of History.

Keywords: Daily; subordination; public policy.

SUBALTERNIDADE E HEGEMONIA: interlocuções no pensamento gramsciano

Emilie Faedo Della Giustina

RESUMO

O presente texto desenvolve noções reflexivas acerca do conceito de subalternidade na obra carcerária de Antonio Gramsci. O que se propõe é uma reflexão diacrônica acerca do desenvolvimento do termo, de modo a distinguir entre seus principais usos e significados elaborados nos *Cadernos do Cárcere*. Elementos que se desdobram em uma tematização que contextualiza a noção gramsciana de subalternidade no âmbito da concepção de Estado Integral, de modo que se estabelece um par categorial de racionalização complexa e imbrincada entre subalternidade e hegemonia..

Palavras-chave: Gramsci; Subalterno; Subalternidade.

ABSTRACT

This article works with the concept of subalternity in Antonio Gramsci's prison work. Aims to elaborate a diachronic reflection on the development of the term, in order to distinguish between its main uses and meanings elaborated on the Prision Notebooks. What is developed in a thematization that contextualizes the Gramscian notion of subalternity within the concept of the Integral State, in a sense of a complex categorial pair between subalternity and hegemony.

Keywords: Gramsci; Subaltern; Subalternity.

1 INTRODUÇÃO

No que tange ao termo em si, o conceito de “subalternidade” tem no pensamento gramsciano um significativo desenvolvimento e, juntamente à noção de hegemonia, possibilita pensar criticamente relações sociais e, mais além, os caminhos para emancipação dos subalternos.

Gramsci desenvolve, nos *Cadernos do Cárcere*, um novo conceito de classes ou grupos sociais subalternos, o qual não se trata de mera alegoria para a noção marxiana de “classe trabalhadora” ou “proletariado”, como equivocadamente por vezes são tratados os termos de sua obra carcerária. Pois, ainda que houvesse inegáveis preocupações e dificuldades em decorrência da prisão, o que o autor elabora em seus escritos é uma nova contribuição ao desenvolvimento do pensamento marxista, com relação a este e a outros termos.

A noção de classes ou grupos sociais subalternos é utilizada, então, para caracterizar grupos sociais sujeitos a formas de comando e direção política e social imposto por outras classes, dominantes ou dirigentes. Posteriormente convertido ao singular, o conceito de “subalterno” será uma das noções gramscianas de significativa difusão internacional e entre diversas áreas do conhecimento.

O autor esboça reflexões originais acerca do termo e descortina um grande campo de pesquisas sobre os “grupos subalternos” – setores sociais silenciados e pouco considerados pelas teorias políticas e pelo próprio marxismo da época (SEMERARO, 2017). Sendo assim, subalternos são aqueles que, como diz o título do *Caderno* 25, vivem “às margens da história”, a parte da sociedade que sofre o domínio (econômico-político-militar-cultural) dos hegemônicos-dominantes (BARATTA, 2011). Mais especificamente, os desprovidos de discurso próprio, de programa autônomo de classe (para si).

Sendo a subalternidade entendida também como condição e processo de desenvolvimento subjetivo, “[...] de subjetivação política centrada na experiência da subordinação”, o que inclui “[...] combinações de aceitação relativa e de resistência, espontaneidade e consciência” (MODONESI, 2017, p. 105). Do que decorre a

fundamental importância de se conhecer e elaborar uma "história integral" das manifestações pulsantes e latentes dos subalternos.

A partir disso, o objetivo deste texto é apresentar algumas notas introdutórias e reflexivas acerca do desenvolvimento do conceito de subalternidade na obra carcerária de Antonio Gramsci, de modo a distinguir entre os principais usos e significados do termo nos *Cadernos do Cárcere*.

O texto é guiado por algumas questões centrais: como Gramsci usa este conceito, juntamente dos conceitos correlatos, em sua obra carcerária? Quais são os motivos intrínsecos ao próprio discurso gramsciano que possibilitaram o sucesso hodierno da categoria de subalterno nas apropriações mais difusas? Qual é o sentido político do conceito de subalternidade em Gramsci?

Para tanto, recorreu-se ao estudo do desenvolvimento do termo nos *Cadernos*, à guisa de uma reconstrução filológica, apoiando-se também nas anotações de Liguori (2011), Baratta (2011), Thomas (2015), dentre outros autores. O que se desdobra em uma tematização que contextualiza a noção gramsciana de subalternidade no âmbito da concepção de Estado Integral, de modo que se estabelece um par categorial de racionalização complexa e imbrincada entre subalternidade e hegemonia.

2. O CONCEITO NOS *CADERNOS*

Os termos subalterna/subalterno/subalternas/subalternos os quais podem, de forma abreviada, ser agrupados sob a rubrica de "subalternidade", são utilizados por Gramsci de variados modos. De acordo com Semeraro (2017, p. 108) há, ao longo da obra carcerária, uma recorrência frequente do termo "subalterno" (26 vezes), "subalternos" (54 vezes), "grupos subalternos" (20 vezes), "classes subalternas" (53 vezes).

Liguori (2011) sintetiza três principais acepções presentes nos *Cadernos*: i) estratos populacionais desagregados, política e culturalmente marginalizados – "à margem da história"; ii) utilização do termo "subalterno" em referência específica ao

proletariado industrial; e iii) para designar sujeitos singulares, seja em relação à sua posição social, seja em relação aos seus limites culturais.

Para Galastri (2014), Gramsci estuda os subalternos sob três abordagens: i) o desenvolvimento de uma metodologia de historiografia subalterna; ii) a produção em si de uma história das classes subalternas; iii) a elaboração de uma estratégia política de transformação apoiada no desenvolvimento histórico e na existência dos subalternos.

Thomas (2015) chama atenção para a importância de se realizar uma leitura atenta dos textos carcerários, não se limitando, como por vezes ocorre, a passagens escolhidas ou sobre cadernos especiais aparentemente coerentes, mas mal interpretados como uma “síntese” ou declaração definitiva das posições finais de Gramsci. Em função da característica particular da obra carcerária gramsciana, torna-se essencial uma leitura atenta a uma gama mais ampla de notas e ao desenvolvimento diacrônico dos conceitos desenvolvidos pelo autor ao longo dos *Cadernos*.

A partir das indicações filológicas e metodológicas desses autores é que foram resgatadas as principais notas que tratam da temática e desenvolvidas as reflexões a seguir apresentadas.

2.1 História das classes subalternas e alargamento do uso do termo

O termo “subalternos” aparece já no *Caderno* 1, contudo, utilizado no âmbito de textos de argumento militar, como metáfora. Sua ocorrência nesse *Caderno* é de “oficiais subalternos do exército”, aos quais Gramsci compara os intelectuais de massa de que está tratando. Há ainda algumas outras ocorrências pouco significativas do termo até que, no *Caderno* 3, § 14 aparece pela primeira vez a expressão “classes sociais subalternas”, no plural. Trata-se de uma nota de primeira redação, escrita em junho de 1930, tendo como título “História da classe dominante e história das classes subalternas”. É retomada, em segunda redação, no *Caderno* 25, § 2, sob o título de “Critérios metodológicos”, em maio de 1934:

> § 2. *Critérios metodológicos*. A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória "permanente" rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830). Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral; daí decorre que uma tal história só pode ser tratada através de monografias e que cada monografia demanda um acúmulo muito grande de materiais frequentemente difíceis de recolher (GRAMSCI, 2017c, p. 111).

Gramsci estabelece aqui algumas das perspectivas fundamentais que se tornam determinantes para sua pesquisa sobre esse tema. Quais são, então, os principais "critérios metodológicos" destacados pelo autor? Evidenciam-se, primeiramente, as considerações específicas à historiografia das classes subalternas, o que ele designa como a necessidade de uma "história integral", que leve em conta também e sobretudo a história das classes subalternas. O autor já havia sustentado anteriormente que, dentre os motivos de triunfo do fascismo estava um desconhecimento, da parte dos comunistas, da própria Itália, sua estrutura socioeconômica e sua história. Constatação explícita no artigo intitulado "Que fazer?", no qual ele escreve:

> Nós não conhecemos a Itália. Ainda pior: nos faltam os instrumentos necessários para conhecer a Itália, como ela é de fato e, portanto, somos quase impossibilitados de fazer previsões, de nos orientar, de estabelecer linhas de ação em que tenhamos alguma possibilidade de ser Estado. Não existe uma história da classe operária italiana. Não existe uma história da classe camponesa, etc. etc. (GRAMSCI, 1923 *apud* LIGUORI, 2011).

Explicita-se aqui a importância política de se fazer a história das classes subalternas, a qual é, como consta na nota supracitada, "necessariamente desagregada e episódica", justamente em função de que ainda quando se rebelam, as classes subalternas "sofrem a iniciativa da classe dominante", de modo que "todo

traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral".

Critérios metodológicos que continuam a ser desenvolvidos no *Caderno* 3, § 90, escrito em primeira redação em agosto de 1930 com o título de "História das classes subalternas" e retomado em segunda redação em 1934 no *Caderno* 25, § 5 novamente sob o título de "Critérios metodológicos":

> A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e "sociedade civil". As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar 'Estado': sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função 'desagregada' e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados (GRAMSCI, 2017c, p. 115).

O que está demonstrando o autor é a importância fundamental de estudo dessa realidade *diferenciada* das classes subalternas – partindo de sua existência objetiva – a qual por vezes é desprovida de autoconhecimento político, o que acaba por se manifestar em diversos níveis de politização e organização. Ele instaura uma forte relação entre reconhecimento histórico e teoria política, no sentido de que este se torna preparatório à própria possibilidade de ação política (LIGUORI, 2011).

Conforme discorre no *Caderno* 27, em suas "observações sobre o folclore", o que acontece e se produz no mundo "molecular" dos subalternos, as lutas locais e nacionais, o senso comum, a cultura, a linguagem, a religião dos "simples", as superstições, o "espírito popular criativo", os levantes populares das regiões marginalizadas – são todos elementos aos quais dedica grande atenção. O faz ciente da fragmentação e ambivalências desse universo, mas, considerando suas iniciativas de "valor inestimável", inclusive defendendo que o folclore dos grupos sociais subalternos "não deve ser entendido como bizarria, mas como algo muito sério e que deve ser levado a sério" (GRAMSCI, 2017d, p. 110).

Ainda que confusa e embrionária, há, nas expressões populares, uma concepção de mundo a ser estudada, depurada e educada. O que Gramsci cogita,

então, é que o intelectual de “novo tipo” não pode desqualificar ou ignorar revoltas caóticas e manifestações impetuosas, mas deve aprender a enxergar os sinais do novo na “impureza” de suas ações (SEMERARO, 2017, p. 119).

Do que se destaca a importância fundamental de saber que as classes subalternas se rebelam e que constituem núcleos de autonomia com relação às classes dominantes os quais, ainda que não rompam imediatamente com a subordinação, mesmo que em “estado de defesa alarmada”, devem ser estudados e significativamente valorizados no âmbito de uma “história integral”.

Trata-se, então, de, de fato, conhecer o folclore e o senso comum das classes subalternas. A partir do que Del Roio (2018, p. 179) levanta instigantes indagações acerca do “espírito criativo” que conduz e unifica a pesquisa gramsciana: seria o folclore uma forma de as classes subalternas interpretarem a visão sistematizada dos grupos sociais dominantes e de seus intelectuais e de transformarem a opressão e a submissão em condição suportável? Ou poderiam também mimetizar formas de recusa e rebeldia?

Retomada a nota do *Caderno* 25, § 5, o autor delineia um critério historiográfico de pesquisa para tanto, que é também o esboço de um plano de estratégia política:

> Portanto, deve-se estudar:
> 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo;
> 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação e processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação;
> 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos;
> 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial;
> 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros;
> 6) as formações que afirmam a autonomia integral **etc**.
> A lista destas fases pode ser ainda mais definida com fases intermediárias ou com combinações de várias fases (GRAMSCI, 2017c, p. 115 – *grifo nosso*).

O que se apresenta é um ambicioso plano de estudos, em que Gramsci traça linhas metodológico-interpretativas sobre os grupos subalternos, nas quais se opõe à desqualificação e ao estigma de "loucura" atribuído pelos intelectuais da burguesia às manifestações da cultura popular. Estão indicados aqui possibilidades para que os subalternos possam recuperar sua história e organizar-se politicamente para sair das margens dela (SEMERARO, 2017, p. 108).

Baratta (2011, p. 169) pontua que se deve prestar atenção ao "etc." pois, além da autonomia integral, que significa a constituição de um partido das classes subalternas que seja capaz de adquirir a autonomia nos confrontos com os inimigos, o "etc." antecipa o cenário da luta hegemônica, no par categorial subalternidade-hegemonia. A dialética política elaborada para analisar a passagem da dinâmica material das classes ou grupos sociais subalternos para a organização do partido e do movimento, traduz-se na dialética cultural. De modo que é nesta "[...] tensão político-cultural, presente em todos os *Cadernos*, que é oportuno repensar o discurso gramsciano sobre o folclore" (BARATTA, 2011, p. 161). Trata-se de assumir as formas expressivas dos grupos sociais subalternos, sua linguagem, folclore ou cultura popular como filosofia ou concepção de mundo.

Conforme argumenta Del Roio (2018 p. 182), a importância do estudo do folclore, da religiosidade, do senso comum, das formas de organização das classes subalternas se dá no fato de que "[...] a emancipação do subalterno supõe que a unificação passe também pela emancipação cultural", pela construção de um novo bloco histórico e de uma nova hegemonia, tendo como elemento constitutivo desse processo uma reforma intelectual e moral.

Contextualizado pela luta hegemônica é que se estabelece, então, a necessidade de formação política de intelectuais orgânicos das classes subalternas. A mediação dos intelectuais coloca-se como uma questão de hegemonia e democracia, pois, Gramsci argumenta a favor de que se compreenda "[...] todo traço de autonomia dos subalternos, como premissa para estes poderem entrar no jogo da hegemonia, que coloca em movimento a função dos intelectuais, os quais, [...] colocam-se em relação com os subalternos" (BARATTA, 2011, p. 166).

Para Semeraro (2017, p. 110), ao aprofundar a visão de Marx e Lênin, Gramsci subverte a concepção tradicional de política e de filosofia, "[...] colocando-as em íntima e inseparável relação com as lutas dos subalternos e a fermentação nas periferias" e determinando, assim, a função mediadora dos intelectuais ao estabelecer uma profunda simbiose entre a elaboração teórica e a prática dos "simples", entre o "saber" do elemento intelectual e o "sentir" do elemento popular (GRAMSCI, 2017a, p. 172).

Desenvolvida esta perspectiva metodológica de uma "história integral" que de fato possibilite autoconhecimento às classes subalternas, o autor segue discutindo amplamente o tema da subalternidade em sucessivos *Cadernos* de modo que ocorre, então, o que Liguori (2011) caracteriza como um "alargamento" semântico do conceito.

Há uma passagem linguística de "classes ou grupos sociais subalternos" para "o subalterno": do adjetivo ao substantivo, do plural ao singular, das classes aos indivíduos, das opressões sociais aos limites culturais.

No *Caderno* 11, §12, escrito entre 1932 e 1933, Gramsci trata acerca da possibilidade de o subalterno se tornar "dirigente e responsável", um "sujeito histórico, um protagonista" (GRAMSCI, 2017, p. 106). Aqui, o sujeito a quem se atribui a característica de subalterno não é mais uma classe ou grupo social, mas um sujeito ao singular (o subalterno). O qual, para deixar de sê-lo, deve tornar-se "dirigente", "responsável", "protagonista".

Essa é uma possibilidade interpretativa presente no próprio Gramsci e que certamente deixa pistas para o desenvolvimento de estudos mais aprofundados acerca da descrição e interpretação de um fenômeno coletivo, social, de classe (o da subalternidade), mas que também considera em significativo grau de relevância sua aplicação à condição de subalternidade *cultural* dos indivíduos (o subalterno).

2.2 Hegemonia e subalternidade

Na introdução do presente texto indagou-se acerca do sentido político do conceito de subalternidade em Gramsci. Questão que pode ser pensada a partir da

contextualização do desenvolvimento da noção de subalternidade juntamente ao conceito de Estado Integral.

Gramsci elabora critérios metodológicos para a realização de uma “história integral” das classes subalternas no mesmo período em que está desenvolvendo os conceitos centrais de Estado Integral e de revolução passiva. Thomas (2015) explica que o tema da subalternidade é um dos elementos por meio dos quais o autor esclarece a si mesmo acerca do significado político desses conceitos.

A noção gramsciana de relações dialéticas reciprocamente constitutivas entre sociedade civil e sociedade política, que analisa a extensão e eficácia reais do Estado moderno no curso da formação social, conceitua este como uma relação sociopolítica complexa de *inclusão*: articulação das diversas formas de racionalidade sintetizadas no conceito de sociedade política às práticas associativas externas e às dimensões consideradas “não políticas” da vida social – concebidas pela tradição liberal como “sociedade civil”.

A hegemonia, neste contexto, é concebida como a prática de constituição material do tipo de poder específico do Estado moderno, que atravessa os dois grandes “planos” superestruturais:

> [...] o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’ planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado (GRAMSCI, 2017, p. 17).

A inovadora e complexa teoria do Estado elaborada por Gramsci compreende o estatuto particular das classes subalternas e considera que assim permanecem enquanto estiverem limitadas à sociedade civil, enquanto não “se tornam Estado” (conforme as já citadas notas do *Caderno* 3, § 90, retomada no *Caderno* 25, § 5).

A sociedade civil, longe de ser o terreno da liberdade imaginado ainda hoje pelos liberais, é, portanto, a modalidade de racionalidade característica dos subalternos desagregados. Os quais continuamente sofrem as intervenções da sociedade política, que os interpela como “matéria prima” subalterna para suas operações diretivas (THOMAS, 2015).

Considerar este contexto de emergência da noção gramsciana de grupos sociais subalternos, e os termos a ela correlatos, permite elaborar de maneira mais coerente as consequências teóricas e políticas destes complexos campos semânticos. Nesse ínterim, a subalternidade em Gramsci é produzida ativamente na relação hegemônica que constitui o Estado moderno, e é um produto da especificidade do projeto hegemônico burguês encarnado em processos de revolução passiva.

Para que possa constituir-se enquanto tal, o Estado moderno depende do subalterno. O que significa que, estruturalmente, deve produzir e reproduzir alguns grupos sociais como subalternos, destinados ao fim de garantir sua própria continuidade. O que permite compreender os subalternos não como *excluídos*, em sentido abstrato, mas, ativamente *integrados* ao sistema de poder hegemônico, ainda que de uma forma passiva.

Desse modo, a subalternidade é compreendida como produto ativo da relação hegemônica que constitui o Estado moderno, como "força material dinâmica do Estado Integral" (THOMAS, 2015, p. 93). Se há hegemonia, pressupõe-se que haja subalternos.

E, a superação de tal condição, no desenvolvimento do pensamento gramsciano, não ocorre por meio de uma simples decisão da vontade, ou de uma "espontânea" atuação das massas. Por se tratarem de relações estruturais inscritas nas condições da vida política no interior do Estado Integral burguês, sua superação ocorrerá somente através de um trabalho paciente de construção de uma nova ordem social alternativa, na qual os grupos sociais subalternos progressivamente se tornem conscientes e praticantes de sua capacidade de autodireção e autonomia – ou seja, por meio de um projeto hegemônico (THOMAS, 2015).

No *Caderno* 3, § 48, ao abordar o tema da dialética entre espontaneidade e direção consciente, Gramsci afirma que a essa se podem dar diversas definições, porque se trata de um fenômeno múltiplo. Contudo, é necessário destacar que não existe na história a "espontaneidade pura", que mesmo "no movimento 'mais espontâneo' os elementos de 'direção consciente' são simplesmente incontroláveis". O autor afirma que, por não alcançarem a "consciência de classe para si", as classes subalternas não "[...] suspeitam que sua história possa ter alguma importância, e que

tenha algum valor deixar registros documentários". Ainda que seja o elemento da "espontaneidade" característico da história das classes subalternas, existe uma "multiplicidade" de elementos de "direção consciente" nestes movimentos marginais e periféricos. "Direção consciente" que não é predominante ou supera o nível do "senso comum" ou da "concepção de mundo tradicional" de determinados estratos sociais. Mas que, sem a qual, as massas são destinadas a permanecerem subalternas (GRAMSCI, 1975, p. 328).

Há que se considerar, ainda, que os subalternos passam por um movimento constitutivo que se realiza duplamente no âmbito da sua formação enquanto classe pois, "[...] por se organizarem dentro do conjunto das práticas, normas e instituições dos dominantes são, por isso mesmo, desorganizados objetivamente por aqueles" (DIAS, 2017, p. 70).

De modo que a perspectiva revolucionária desenvolvida no pensamento gramsciano é de que "[...] o progresso real da civilização ocorre graças à colaboração de todos os povos" (GRAMSCI, 2017a, p. 146) e que seu processo não é reservado unicamente a poucos iluminados, mas "[...] tenda a se tornar popular, de massa, com caráter concretamente mundial, modificando (ainda que através de combinações híbridas) o pensamento popular, a mumificada cultura popular" (GRAMSCI, 2017a, p. 204).

E, mesmo atribuindo grande papel ao partido, reconhece o valor da espontaneidade das massas e das iniciativas dos grupos subalternos na crescente importância da sociedade civil. Para ele o marxismo não pode estar em oposição aos sentimentos espontâneos das massas. De acordo com Semeraro (2017, p. 114), "Gramsci defende a necessidade de formar uma unidade entre 'espontaneidade' e 'direção consciente', ou seja, uma osmose, uma tradutibilidade de uma para outra e vice-versa".

Nas palavras do próprio autor,

> Negligenciar e, pior, desprezar os movimentos assim chamados 'espontâneos', ou seja, renunciar a dar a eles uma direção consciente, e elevá-los a um patamar superior, introduzindo-os na política, muitas vezes pode trazer consequências muito sérias e graves. Ocorre quase sempre que a um movimento 'espontâneo' das classes subalternas se acompanha um

> movimento reacionário da direita da classe dominante, por motivos concomitantes: uma crise econômica, por exemplo, determina descontentamento das casses subalternas e movimentos espontâneos de massa de uma parte, e de outra, determina complôs dos grupos reacionários que aproveitam do enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes destes golpes de Estado está a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos a torná-los, portanto, num fator político positivo (GRAMSCI, 1975, p. 331).

Sem se limitar a criticar a fragmentação, o imediatismo e o voluntarismo que afeta muitas ações populares, porém, justamente a partir dessa realidade convulsionada, viva e real, é que Gramsci pensa e organiza a política e a função do partido e aponta para a necessidade de agregá-las a um político mais global.

3. CONCLUSÃO

Baratta (2011) adverte sobre tomar a relevância e contribuição da obra gramsciana sem, contudo, que se incorra em mistificações. Ao que se coloca a tarefa de elaborar perspectivas de interpretação de seu pensamento, no século XXI, dialogando com os problemas hodiernos enfrentados pelos intelectuais.

Os *Cadernos* não se dedicam apenas à crítica do universo hegemônico das classes dominantes, mas também traçam os caminhos de uma teoria política dos subalternos. Na alternativa revolucionária desenhada por Gramsci há uma profunda sintonia com a etimologia de “sub-alterno”, cujo significado remete à emergência do outro (alter) que está em baixo (sub). Trata-se da insurgência de quem ocupa uma posição inferior, “[...] mas que é dialeticamente ‘outro’, imprevisível, surpreendente e indomável, outro termo de uma relação desigual, mas nem por isso incapaz de iniciativa, de aprender a pensar, estudar, dirigir ou controlar quem o dirige” (SEMERARO, 2017, p. 122).

Também em análise etimológica, Baratta (2011, p. 153) afirma que a expressão “sub-alternus” implica a acentuação binária de uma relação intersubjetiva. Na ótica gramsciana, a “subalterno” se opõem hegemônico e dominante, do mesmo modo que a “dirigido” se opõe “dirigente”. Trata-se de subalternidade *contra* hegemonia – acentuando o campo dialético de uma tensão de luta, pelo menos potencial.

Embrenhar-se pelo âmbito da subalternidade, nas suas relações não hegemônicas (econômicas, sociais, culturais, políticas, de raça, gênero, etc.) possibilita trazer à tona a autenticidade de relações humanas que a dominação hegemônica violentamente sufoca. Seja pela coerção ou pelo consenso (este, lembre-se, sempre ideologicamente forjado e imposto). E, justamente por não serem hegemônicas, tais manifestações são "desagregadas e episódicas". Isso é um fato, não um desvalor, trata-se de uma questão política, conforme destaca Baratta (2011).

A partir da tematização e contextualização da elaboração de subalternidade, Gramsci ensina a tomá-la como inserida na "luta hegemônica". Luta que subentende processos diversos e, no âmbito dessa diversidade, estão contidos os subalternos e sua existência não-homogênea, nem sempre passiva, por vezes manifestando elementos de autêntica revolta.

Essas manifestações desagregadas e episódicas da "cultura popular" "corroem molecularmente" o sistema hegemônico. Por isso a importância de investigar o que existe de essencial nos estratos populares mais submersos. Tendo sempre em mente que hegemonia é "força encouraçada de consenso", que corresponde à racionalidade do domínio de classe.

Nesse sentido, em Gramsci os subalternos "*falam*" de diversas e subversivas formas, ainda que essa história não seja sempre conhecida, ainda que poucos os "*escutem*". A ênfase que o autor dá para os vários graus de subalternidade fornece uma perspectiva analítica mais sofisticada na qual se colocam condições reais de possibilidade de autoconhecimento e autolibertação dos grupos sociais subalternos. O que ele propõe é que se compreenda todo traço de autonomia dos subalternos como premissa para estes poderem entrar no jogo da hegemonia.

Desse modo, a categoria "subalterno" enriquece as categorias tradicionais do marxismo. Sem correr o risco de deslocá-lo da ancoragem de ação dos sujeitos na "sociedade econômica", à estrutura e divisão da sociedade em classes (o que faz de Gramsci um marxista), mas a elaboração de hegemonia/subalternidade fornece categorias mais amplas que as do marxismo clássico (burguesia/proletariado), isso porque entrelaça melhor posição social e subjetividade, dados estruturais e dados culturais e ideológicos (LIGUORI, 2011).

É significativo destacar que Gramsci, ao falar de classes ou grupo sociais subalternos, compreende tanto grupos mais ou menos desagregados e marginalizados, quanto o proletariado de fábrica, os camponeses sardos, os operários turinenses. O autor mantém explorados e oprimidos juntos num sentido mais abrangente do que as categorias marxistas tradicionais. E, talvez seja esse um dos elementos mais significativos que fizeram a categoria de "subalterno" tomar um crescente uso e sucesso nos países da periferia do capitalismo, nos quais as contradições capital/trabalho se complexificam em muitas determinações, muitas distantes das da subalternidade salarial.

No grande "microcosmo dos subalternos", para usar a expressão de Baratta (2011), Gramsci constitui uma unidade no diverso, sendo esta uma categoria eminentemente dialética. Se a História é aquela conhecida e reconhecida pelos Estados hegemônicos e em particular pelas classes dominantes desses Estados, "nas margens da história" são pressionadas massas de indivíduos, classes e grupos sociais extremamente variados, entre os quais há um amplo leque de diferenciação. Do que se nota que o dinamismo do desenvolvimento dos temas gramscianos da subalternidade nos *Cadernos* indica um campo de questões conceituais e políticas complexas e muito diversas.

Por fim, colocam-se algumas indagações em curso e com o intuito de continuidade das reflexões iniciadas nesse texto: Como lutam (e se organizam?) os subalternos na contemporaneidade? Como se reproduz o conservadorismo no cotidiano e na luta dos subalternos? Quais as perspectivas de elaboração, por parte dos subalternos, de um "bom senso" em uma sociedade como a nossa? Ou, ainda, um senso comum emancipador? Qual o lugar dos subalternos nas políticas sociais?

REFERÊNCIAS

BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DEL ROIO. Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DIAS, Edmundo Fernandes. Como pode o subalterno falar? *In*: DEL ROIO, Marcos (org.). **Gramsci: periferia e subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Crítica Marxista**, n.39, p.35-55, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci**. Turim: Giulio Einaudi, 2001 [1975].

_____, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 1. 9° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

_____, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 2 [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

_____, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 5 [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017c.

_____, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 6 [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017d.

LIGUORI, Guido. Tre accezioni di "subalterno" in Gramsci. **Critica Marxista**, Roma, n.6, 2011, pp.33-41.

MODONESI, Massimo. Da subalternidade ao subalternismo: uma crítica gramsciana aos *Subaltern Studies*. *In*: DEL ROIO, Marcos (org.). **Gramsci: periferia e subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SEMERARO, Giovanni. O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci. *In*: DEL ROIO, Marcos (org.). **Gramsci: periferia e subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

THOMAS, Peter D. Cosa rimane dei subalterni alla luce dello "Stato integrale"? **International Gramsci Journal**, 1(4), 2015, pp. 83-93.

CONSERVADORISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: apontamentos sobre seus fundamentos e suas expressões contemporâneas

RESUMO: Este trabalho pretende trazer incipientes reflexões sobre como o conservadorismo na atualidade vem influenciando um conjunto de políticas sociais. Compreendemos que o conservadorismo, por ser orgânico ao padrão da sociabilidade burguesa, ainda se faz presente, mas se manifesta com novas configurações. Identifica-se que na atualidade, a sociedade brasileira, com suas particularidades, vivencia um momento onde novas expressões do conservadorismo são constituídas. Então a questão que se coloca é: o que é o conservadorismo, e como influencia formulações e execuções das políticas sociais. Tais reflexões expressam o acúmulo de estudos e pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS), que se propõe pensar a profissão, suas conexões e organicidade com as políticas sociais.

Palavras-chave: Conservadorismo; Políticas Sociais; Contexto brasileiro.

ABSTRACT: This work intends to bring incipient reflections on how conservatism is currently influencing a set of social policies. We understand that conservatism, being organic to the standard of bourgeois sociability, is still present, but it manifests itself with new configurations. It is identified that currently, Brazilian society, with its particularities, is experiencing a moment where new expressions of conservatism are constituted. So the question that arises is: what is conservatism, and how it influences the formulation and execution of social policies. Such reflections express the accumulation of studies and research carried out at the Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS), which proposes to think about the profession, its connections and organicity with social policies.

Keywords: Conservatism; Social politics; Brazilian context.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo das breves reflexões que se seguem, é apresentar a questão do conservadorismo e suas expressões contemporâneas, sobretudo na realidade brasileira e no conjunto das políticas sociais. Esses incipientes apontamentos, fazem parte dos estudos e pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS), que se propõe pensar a profissão, suas conexões e organicidade com as políticas sociais. Portanto, a análise aqui esboçada

se subsidia no materialismo histórico dialético, que busca compreender os conceitos básicos sobre o conservadorismo na sua origem e como se processa seu desenvolvimento sócio histórico. Partindo desse pressuposto outro objetivo é reconhecer determinados elementos presentes sobretudo na sociedade brasileira, de que o conservadorismo vem assumindo "novas expressões", tendencialmente no conjunto das políticas sociais. Essas podem ser consideradas como instrumentos pelos quais o assistente social "operacionaliza", como outros profissionais, seu trabalho.

O pensamento conservador tem na figura de Edmund Burke o seu maior representante e fundador quando na escrita de "Reflexões sobre a Revolução na França", publicado em 1790. O conservadorismo em sua veia clássica (SCORSIM NETTO, 2011) expressa inicialmente uma resposta reativa, uma reação contrária a um rompimento com o passado, numa proposta restauradora e antiburguesa. Ou seja, tem como fundamento uma referência política e ideológica antirrevolucionária. Este material, esse compêndio por Burke construído, se configura como uma sistematização de ideias sobre o que seria o conservadorismo especialmente naquele momento histórico por ele vivenciado, frente aos movimentos revolucionários ocorridos na França. Portanto, o que marcará esse pensamento conservador clássico será uma aversão severa a qualquer tipo de modificação na ordem social. Burke, frente as modificações introduzidas pela burguesia, à época, revolucionária, defenderá a manutenção das instituições políticas e as estruturas sociais existentes anteriores a este período, mais especificamente aquelas que se referem as produzidas pela aristocracia feudal.

Para o autor, "[...] esse tipo insurrecional de revolução é tomado de maneira unilateral, como momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas. " (SOUZA, 2016, p. 363). Nesse sentido é um extremo defensor da propriedade privada, dos privilégios da nobreza, da Igreja e de seu poder político e da manutenção da família, como base moral da sociedade. Portanto, neste primeiro momento de surgimento do pensamento conservador, podemos caracterizá-lo como uma forma de resistência as mudanças progressistas, e que evoca a continuidade do passado, pois valores, tradições e princípios, na

concepção conservadora, não podem ser destruídos, sobretudo de forma violenta e abrupta como para Burke assim o fazia a burguesia. Nesse sentido, "[...] o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa* [...]" (SCORSIM NETTO, 2011, p. 40-41, grifos da autora).

Então estamos diante do que poderíamos denominar de primeira forma de compreensão sobre o pensamento conservador, ou seja, é aquele pensamento que valoriza o passado, suas instituições representantes e possui aversão a qualquer tipo de ideias de transformação social, sobretudo aquelas fundadas pelo Iluminismo que fazem a ruptura com este passado feudal. No seu desenvolvimento sócio-histórico, também expressará uma negação a todos os princípios que a cultura da modernidade traz, como fundantes da sociedade capitalista burguesa: a razão, a liberdade, a igualdade. Desta forma, se é contrário aos ideários iluministas, por desdobramento será contra a razão, as ideias progressistas, libertárias, à racionalidade que se instaura nesse período. "Com essa operação reificada, o conservantista elabora mais um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento. " (SOUZA, 2016, p.369). Conforme Scorsim Netto, (2011, p. 45),

> Numa palavra, Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.). E considera que a Revolução é a excrecência desnecessária que efetiva essa ruptura. Sinteticamente poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade.

Neste escopo também reside a compreensão de que as desigualdades sociais são parte constitutiva da ordem natural das coisas, já estabelecida e sem possibilidade de mudanças, naturalizando-as no conjunto das relações sociais. A única possibilidade de mudança por Burke identificada, seria uma modificação gradual conduzida pelos proprietários, pela aristocracia, para que a essência da sociedade permaneça inalterável.

Mas, assim como a sociedade se modifica na sua processualidade histórica, esse conservadorismo também se transmuta. Notadamente a partir da revolução de

1848, a burguesia carece de fundamentações que justifiquem sua existência e manutenção no poder. É neste bojo que as Ciências Sociais emergem e são construídas como uma referência científica que explica e justifica a presença da burguesia no poder. Elas se configuram como o substrato ídeo-político e teórico da sociedade burguesa. Isto reafirma a "[...] vinculação histórico-genética entre o pensamento conservador e as ciências sociais [...]" (SCORSIM NETTO, 2011, p. 17). Neste momento, a burguesia, clara e processualmente, deixa seu cariz revolucionário, construindo e consolidando seu caráter conservador, sendo então convertida como classe dominante

O aprofundamento das relações sociais na sociedade burguesa e as contradições e antagonismos que lhe são constituintes, solicitou estudos e elaborações acerca do pensamento conservador por outros autores, mas sua essência continuou a mesma no sentido de manutenção do instituído e de valores que não são compatíveis com os avanços da modernidade, dentre eles a democracia alcançada em grande parte do mundo contemporâneo. Com o desenvolvimento sócio histórico do pensamento conservador - que não desenvolveremos aqui pela natureza do trabalho, mas que apresenta autores expressivos como Durkheim, Tocqueville, Nisbet, dentre outros - pode-se dizer que na atualidade "a característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo [...] consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e conteúdos conservadores" (SCORSIM NETTO, 2011, p. 16).

Ainda assim, podemos apontar algumas características como por exemplo, ser primordialmente contrarrevolucionário, defensor da sociabilidade burguesa, tem a razão miserável ou a irracionalidade como um de seus pilares, organicamente vinculado a valores historicamente preservados pela tradição e costumes, um caráter que aponta para soluções imediatistas e pragmáticas e a naturalização das contradições sociais. No processo de formação sócio histórica brasileira, o conservadorismo esteve sempre presente: desde as elites agrícolas, latifundiárias através da cultura escravagista, das práticas do coronelismo, de onde deriva o dito: "você sabe com quem está falando? ", do voto de cabresto, até a constituição da insípida burguesia nacional parasitária, através do nepotismo, clientelismo,

assistencialismo, práticas de corrupção, “revoluções pelo alto”, desapreço pela democracia e desprezo pelas classes populares em suas lutas singulares e coletivas. Essas são algumas particularidades do processo de formação sócio histórica do Brasil, que contém elementos determinantes, se desenvolvendo, então, como um país de capitalismo periférico dependente, demonstrando uma subalternidade ao grande capital. Portanto, a composição da sociedade brasileira, não diferentemente das demais é organicamente vinculada ao conservadorismo e vem processualmente acompanhando suas mudanças, ainda que ele se altere no campo das aparências. Segundo Barroco, (2015, p. 624-625)

> Para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

Essa atualização do pensamento conservador não aboliu sua essência, mas o revigorou, até porque ele é funcional a lógica capitalista e a reprodução do capital, por isso apologético do livre mercado, forjando formas diferenciadas de responder as questões contemporâneas, sempre subsidiado numa perspectiva moralista, sem a compreensão da totalidade das relações sociais e suas contradições. Isso contribui para o processo de ocultamento das determinações socioeconômicas que as constituem. Ainda incorporou o braço coercitivo do Estado numa perspectiva de criminalização das expressões da questão social, nas contradições entre a ideologia da guerra contra a concepção de direitos humanos (Barroco, 2015), trazendo no seu bojo, a militarização da vida cotidiana, com soluções punitivas, sobretudo para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. O campo dos direitos e das conquistas sociais dos trabalhadores é duramente atacado, pelo processo de precarização do trabalho e perda de direitos. A esse pensamento “remodelado” atualmente ainda se agregam valores racistas, individualistas, preconceituosos,

sexistas, homofóbicos, marcado por uma intolerância com o diferente, um avanço do fundamentalismo religioso, o que assume um retrocesso substantivo nas sociedades democráticas. Outro fenômeno do pensamento conservador é a valorização da reprodução do senso comum, sem uma perspectiva crítica, a incorporação do irracionalismo e a desestorização dos fenômenos sociais. Tais questões apresentam desdobramentos na realidade brasileira que certamente trazem impacto para o conjunto das políticas sociais.

2. O CONSERVADORISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Especialmente a partir dos anos 2016, a sociedade brasileira atravessa um período de expressivas modificações no âmbito econômico, político e social. Após treze anos dos governos petistas, esse período é findo, como denomina Behring (2018), com um "golpe de novo tipo" que se reverbera numa ofensiva reacionária e conservadora, um recuo democrático, ou seja, segundo Paula, (2020, p. 243)

> [...] o estopim da atual crise brasileira deu-se com o golpe de 2016 que afastou a ex- presidente Dilma Rousseff, encerrando o ciclo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Esta é direcionada na contramão dos interesses das classes trabalhadoras brasileiras, rompendo com um possível pacto de coalização entre elas.

O *impechemant* de Dilma Roussef, ainda que tivesse no seu direcionamento político uma aliança com os interesses do capital, representou a derrota da "esquerda" e o renascimento das perspectivas do conservadorismo, que supostamente estavam "adormecidas" ou lateralizadas em nosso país, representando um atentado à democracia brasileira. Com o governo ilegítimo de Michel Temer, que se engendra na sociedade brasileira a partir de um conjunto de proposições que tendem ao que se denomina "nova direita", inaugura-se uma nova conjuntura. Isso porque " [...] a tradicional agenda conservadora do PMDB e de seus apoiadores no Brasil (PSDB, DEM, PP, PR, PSB, [...] e outros) não conseguiu emplacar uma candidatura de peso no processo eleitoral de 2018". (PAULA, 2020, p.244). Um dos elementos constitutivos dessa "nova direita" é a crença em teorias conspiratórias, "[...] já que, por excelência,

nega ou obscurece o conflito social. A política, nesse pensamento, é apresentada como mera manipulação orquestrada por 'forças subterrâneas' de 'subversivos', 'comunistas' [...]" (HOEVELER, 2016, p.80). A elevação dessa "nova direita", revela que "o avanço do pensamento conservador e reacionário na atualidade questiona valores básicos do Estado democrático de direito, buscando construir uma nova política funcional à sociabilidade do capital [...]" (YAZBEK; DEGENSZAJN.; PAZ, 2019, p. 8). No campo político, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é sua expressão maior.

O governo de Bolsonaro, aliançado com uma elite burguesa avessa aos avanços sociais, intolerante e preconceituosa, se sustenta num extremo liberalismo econômico (FONTES, 2019), ou seja, num ultra-neoliberalismo articulado às forças políticas autocráticas. No aspecto ideológico, existe um "anticomunismo primário" (FONTES, 2019), que homogeneiza o conjunto das forças sociais de esquerda, que reduz suas diversas formas e expressões a um mesmo lugar. Portanto, assiste-se na sociedade brasileira, um apelo a determinados valores e princípios muito ao gosto de tendências conservadoras que esvaziam os conteúdos políticos, em troca da construção das verdades a partir da empiria, ratificando uma irracionalidade baseada no "obscurantismo da razão", enfatizando uma postura negacionista, anticientífica.

No âmbito econômico, retrocede em massa os direitos sociais e trabalhistas, e assiste-se conforme Paula, (2020, p.243) "[...] ao aumento exponencial do desemprego, do subemprego, do trabalho intermitente e do processo de "uberização" do trabalho. " Neste escopo, acentua a pauta de privatização e o desfinanciamento das políticas sociais. Isto caracteriza um aprofundamento do ajuste fiscal já em curso e uma exponenciação da contrarreforma do Estado. Tais processos se respaldam em ações que se tornam favorecedoras dos interesses dos capitais internacionais aliados ao empresariado nacional. Também representam as pautas normativas das instituições multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas estão em sintonia com o atendimento dos interesses das organizações financeiras aliadas aos setores modernos internacionais e ao agronegócio.

O ascenso de Bolsonaro ao poder, marca a chegada de uma extrema direita, que na realidade se vincula a uma tendência mundial, quando se analisa a totalidade de processos de governos internacionais que avançam na perspectiva da direita e da extrema direita. Na esfera política apresentam-se tendências ao autoritarismo, a pouca afeição às perspectivas democráticas e, portanto, à participação popular, ratificando o histórico horror que as classes dominantes brasileiras têm da participação das massas na política. Nas palavras de Demier (2016), vive-se uma "democracia blindada", na qual o governo se intitula democrático, mas é impermeável as demandas da classe trabalhadora e governam a partir dos interesses corporativos de determinados grupos políticos. Exemplo desse movimento é a existência no Congresso Nacional da bancada BBB: a bancada evangélica, a armamentista (da bala) e a dos ruralistas (do boi). Somado a isso, tem-se a presença de uma vinculação com o fundamentalismo religioso. Estes processos em sua totalidade e contradições, marcado por expressões contemporâneas de um conservadorismo, constituído por um "[...] pensamento antidemocrático, antipopular e antiprogressista [...]" (SCORSIM NETTO, 2011, p.15), caracterizam uma "nova onda conservadora" que trará impactos para as políticas sociais, que "[...] são definidas a partir da direção societária que o governo deseja imprimir em seu mandato, permeadas pelas relações políticas, econômicas e sociais que interferem no poder decisório". (KELLER, 2019, p.172-173)

Consideramos que a presença de novas formas do pensamento conservador na sociedade brasileira se desdobrou no conjunto das políticas sociais em "[...] elementos de precarização dos serviços públicos, focalização nas situações de pobreza extrema, descentralização político-administrativa da gestão, privatização de setores públicos[...] [e um] processo de refilantropização da política pública. " (KELLER, 2019, p.173). Esses impactos se expressam, dentre tantos outros, em alguns elementos que consideramos abaixo, a saber: a moralização da questão social, a naturalização da barbárie, a defesa exacerbada da família e as incidências neopentecostais.

A moralização da questão social se pauta numa concepção valorativa que identifica as mazelas sociais, produzidas nas relações contraditórias do capitalismo, como de foro individual, ou seja, o indivíduo é o responsável por estar vivendo em

condições de pobreza, desempregado e sem acesso digno à moradia, dentre outros direitos. Em nenhum momento se questiona o próprio sistema capitalista que produz essa questão social em suas mais diversas formas. Essa apreensão das desigualdades sociais por um prisma individual, fragiliza a luta coletiva da classe trabalhadora, nos seus estratos mais pauperizados, pois são esses que experienciam no cotidiano, as condições indignas de sobrevivência.

Em relação a naturalização da barbárie, pode-se observar como o Estado, no seu braço coercitivo e repressor, enfrenta a questão da violência urbana e do campo através de suas políticas de segurança pública, que contribui para o aumento do encarceramento em massa, expressivamente da população negra moradora das periferias e das comunidades. A lógica de encarceramento serve a proposta de "ressocialização", mas da forma como são tratados, o que ocorre de fato é uma potencialização da violência estrutural a que são submetidos, que reverbera de forma singular nos indivíduos. Portanto, a política social nessa questão só acelera a barbárie social, naturalizando, sobretudo para a população que assiste a cada hora do dia, o número acentuado de jovens negros mortos diariamente. Outro elemento que demonstra a incorporação da violência como orgânica ao poder estatal, é a existência da "bancada da bala", que juntamente com o presidente Bolsonaro, defende o armamento da população brasileira. Certamente para atender aos seus interesses corporativos e não a defesa do cidadão brasileiro, aliás esta postura só fragiliza ainda mais a perspectiva de segurança que deveríamos ter.

A defesa exacerbada da família, vem marcando de forma sólida e explícita, esse último governo que claramente defende essa instituição aos moldes tradicionais, sem reconhecer a dinâmica de arranjos familiares que hoje temos na sociedade brasileira. A concepção é que a família, tão ao gosto conservador, se constitui como a base da sociedade, como o pilar onde valores são repassados de gerações a gerações garantindo a preservação das tradições. Em meio a essa discussão podemos identificar que a família exerce um papel fundamental na política de assistência social, na medida em que ela é responsabilizada pelos seus membros. E aquela que não tiver "capacidade" para cuidar de seus familiares, necessita da intervenção do Estado. Concepção essa que ignora completamente os avanços sobre

a definição contemporânea de família e retira do poder público, outras responsabilidades que são direitos para população, para a classe trabalhadora. Na realidade, a retração no campo dos direitos e os ataques sucessivos, são expressões do conservadorismo que se reacendem na sociedade brasileira.

No campo ideológico do governo atual, o fundamentalismo religioso ganha um espaço significativo, comprometendo alguns princípios do Estado Democrático de Direito como a sua laicidade. A incidência de ideias neopentecostais vem sendo amplamente divulgadas e espraiadas pela sociedade brasileira, defendendo valores tradicionais que marcam um reacionarismo, especificamente no campo religioso, onde, acreditava-se, que se exercia uma democracia religiosa. Hoje, como produto dessas incidências, assistimos terreiros de umbandas e candomblés sendo destruídos, um desrespeito a cultura afro brasileira e uma forte intolerância religiosa. O próprio chavão utilizado pelo presidente Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” é demonstrativo dessa irracionalidade na direção e condução das políticas de Estado, sejam econômicas ou sociais. Desta forma identifica-se que a resistência para o pensamento conservador deve cada vez mais ser incentivada, das formas possíveis de existir nessa sociedade marcada por um grande retrocesso no campo democrático e progressista.

3. CONCLUSÃO

As breves reflexões aqui apresentadas procuraram estabelecer como que o conservadorismo presente na sociedade brasileira, impacta num conjunto de políticas sociais. Considerando que as mesmas são constitutivas do campo dos direitos, ainda que reconheçamos seu caráter contraditório - na medida em que contribui para a manutenção da força de trabalho, mas também é produto das lutas da classe trabalhadora - verifica-se um ataque do conservadorismo ao campo dos direitos sociais arduamente conquistado pelas lutas da classe trabalhadora nos seus heterogêneos segmentos. Portanto, o que podemos indicar é que há uma necessidade premente de pensarmos estratégias coletivas de enfrentamento ao que

está posto, pois não atinge as pessoas somente na esfera individual, mas sobretudo coletiva. Essa consciência precisa ser estimulada para que possamos fortalecer o campo da luta. Luta por uma sociedade que garanta uma saúde de qualidade e não a mercadorização dos direitos, luta pela garantia de uma educação pública laica, gratuita e de qualidade, luta por uma política de assistência social que trabalhe na lógica do direito e não do assistencialismo, ranço desse passado conservador, mas que no momento se apresenta de outra forma. Nesse sentido, é mais do que necessário resistir aos ataques constantes que a classe trabalhadora vem sofrendo, que certamente a fragiliza, mas que não retira o seu papel na história como sujeito revolucionário.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. “Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente”. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (orgs.) **Marxismo, política social e direitos**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2018, p. 39-72.

BARROCO, Maria Lúcia. “Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social”. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 124, 2015, p. 623-636.

DEMIER, Felipe; MELO, Demian. “Onda Conservadora, Crise Orgânica e o Cesarismo de Toga no Brasil”. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (orgs.) **Marxismo, política social e direitos**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2018, p. 253-272.

FONTES, Virginia. “O núcleo central do governo Bolsonaro: o proto-fascismo”. Disponível em: **<racismoambiental.net.br>.**2019, p. 1-6.Acesso em: 30 de mar.2020.

HOEVELER, Rejane. “A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira”. In: DEMIER, Felipe e HOEVELER, Rejane (orgs). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 77-91.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. “A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista”. **Ser Social**: Brasília: Unb, nº. 44, jan.-jun. 2019.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. Cortez: São Paulo, 2011.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. “A conjuntura de uma pandemia e o que ainda está por vir –impactos e estratégias possíveis”. **Revista Serviço Social em Perspectiva** –Montes Claros/MG, v.4, n. 2, jul/dez-2020. p.236-26.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 126, 2016, p. 360-378.

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis e PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. “Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo”. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 134, p. 7-12, jan./abr. 2019.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO ATUAL: os desafios para a luta de classes

RESUMO: O trabalho reflete criticamente sobre as tendências das políticas públicas no contexto brasileiro, ressaltando a saúde e a assistência social, consideradas serviços essenciais pelo Governo Federal neste cenário pandêmico. Articula a crise sanitária ao movimento mais amplo da crise estrutural do capital, que agrava as expressões da questão social na realidade brasileira, impondo desafios expressivos para a garantia de direitos da classe trabalhadora. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica em livros, tese, artigos, fundamentada na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Refletimos que os caminhos para o enfrentamento do desmonte das políticas públicas deve se dar através do fortalecimento das lutas coletivas e organização dos movimentos sociais.

Palavras-chave: políticas públicas; direitos; classe trabalhadora.

ABSTRACT: The paper critically reflects on trends in public policies in the brazilian context, emphasizing health and social assistance, considered essential services by the federal government in this pandemic scenario. It links the sanitary crisis to the broader movement of the structural crisis of capital, which aggravates the expressions of the social question in the brazilian reality, imposing significant challenges to guarantee the rights of the working class. Therefore, we carried out a bibliographical research in books, thesis, articles, based on the perspective of historical-dialectical materialism. We reflect that the ways to face the dismantling of public policies must be through the strengthening of collective struggles and organization of social movements.

Key words: public policies; rights; working class.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta reflexões críticas acerca do papel das políticas públicas no contexto brasileiro frente ao cenário de crise estrutural do capital, agravada com a pandemia, que desnuda as expressões da questão social na realidade brasileira, destacando os desafios para a garantia de direitos do conjunto da classe trabalhadora brasileira. Neste cenário, merecem destaque as políticas de saúde e de assistência social, consideradas, pelo atual Governo, como serviços essenciais de atendimento à população, conforme o Decreto nº 10.282/2020.

Para tanto, elaboramos nossas análises fundamentadas no materialismo histórico dialético, a partir de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e teses que

dialogam com esta perspectiva teórica. Consideramos os determinantes contraditórios de tal realidade e, através das mediações e articulações teóricas, refletimos sobre as principais tendências das políticas públicas no momento atual, pois, conforme Marx (2008, p. 261): “As leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo correspondem ao processo histórico do real”.

A compreensão sobre as políticas públicas precisa ser articulada ao processo de produção e reprodução social no capitalismo, ao movimento contraditório de luta das classes sociais e ao papel do estado na regulação da relação entre capital e trabalho. As desigualdades estruturais que nascem de tal relação, oriundas dos processos de superexploração do trabalho pelo capital, são enfrentadas por políticas públicas estatais que, embora possam contemplar algumas demandas legítimas da classe trabalhadora, não eliminam as desigualdades do modo de produção capitalista.

Verificamos que “o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns” (MARX; ENGELS, 2007, p. 76). Deste modo, “o Estado é um mecanismo de dominação de classe, sendo fortemente tensionado pelo movimento das classes sociais e que, no processo de luta de classes, acaba por representar os interesses dos capitalistas, de reprodução e acumulação do capital” (SCHMIDT, 2015, p.33).

No caso brasileiro, é preciso levar em consideração as particularidades política, social e econômica da constituição das classes e do capitalismo no Brasil, que possui o caráter de dependência (FERNANDES, 2005) em relação aos países de capitalismo central; a marca histórica da precarização da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018); o racismo em nossas relações sociais; e o “patrimonialismo como fundamento das relações entre público e privado, com o uso indiscriminado do poder público estatal pelas classes dominantes no Brasil para atingir os interesses privados de setores da burguesia brasileira, além das históricas práticas clientelistas em tal contexto” (SCHMIDT, 2015, p. 33).

Tais traços históricos incidem no processo de implementação das políticas públicas no Brasil, de modo que, tardiamente, frente às lutas dos movimentos sociais, temos a configuração de um sistema de proteção social, com a Constituição Federal de 1988, que institui a seguridade social pública, formada pelas políticas de saúde,

previdência e assistência social e garante no Artigo 6º os demais direitos sociais à população.

Por outro lado, o estado brasileiro, orientado pela perspectiva neoliberal, tem, historicamente, promovido medidas a favor do capital financeiro e concentrado sua intervenção em políticas públicas focalizadas no combate à pobreza extrema. Assistimos, desde os anos 1990, o desmonte das políticas públicas, com o desinvestimento social agravado nos governos ultraneoliberais (MAURIEL et al. 2020), deixando grande parte da população brasileira sem o atendimento mínimo de suas necessidades. Em tal cenário, práticas conservadoras reatualizam-se no âmbito das políticas públicas e é preciso considerá-las no processo mais geral de luta de classes.

Sendo assim, apresentaremos, primeiramente, uma reflexão conjuntural do cenário atual, para, em seguida, problematizarmos as implicações para as políticas públicas no Brasil, com o destaque para as políticas de saúde e assistência social, consideradas, na pandemia, como serviços essenciais de atendimento à classe trabalhadora brasileira.

2. O CONTEXTO ATUAL E AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conforme Mandel (1985, p.340-341), verificamos a relevância da intervenção do estado na ‘administração das crises’ do capitalismo, que, orientada pela direção hegemônica da classe que detém o poder econômico - a capitalista, encontrou saídas que favorecessem a continuidade da reprodução ampliada do capital.

No caso brasileiro, as medidas, orientadas pelo ideário neoliberal e influenciadas pelas agências internacionais capitalistas, envolveram alguns processos, dos quais ressaltamos: a prioridade da intervenção estatal em prol do capital financeiro; a flexibilização dos direitos trabalhistas, operando a precarização das condições de trabalho e a desmobilização da classe trabalhadora; a atuação estatal focalizada no combate à pobreza (extrema), e o não investimento nas políticas públicas universais; o repasse da responsabilidade do Estado em executar as políticas

públicas, transferindo tal atribuição às organizações da sociedade civil, inclusive destinando recursos públicos para esta finalidade. (SCHMIDT, 2015, p. 316-317).

Além disso, verificamos nos dois últimos governos ultraneoliberais (Temer e Bolsonaro), um conjunto de contrarreformas (BEHRING, 2008) que afetam sobremaneira as potencialidades protetivas das políticas públicas, que podem ser expressos na Emenda Constitucional nº 95/2016, na Lei da Terceirização – Lei 13.429/2017, na contrarreforma trabalhista – Lei 13.467/2017 e na contrarreforma da previdência pela Emenda Constitucional nº103/2019.

Tais medidas incidem negativamente nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira, que, se anteriormente já convivia com a precarização, sendo superexplorada, tem a cada dia seus direitos diminuídos, em prol do capital financeirizado. Frente a tal cenário, assistimos a um contínuo crescimento das demandas desta classe por atendimento nas políticas públicas, que não consegue ser contemplada, em virtude da falta de investimento estatal neste campo.

Acentua-se, assim, as estratégias ultraneoliberais para a retomada do crescimento econômico, sendo que “O ultraneoliberalismo não pode ser pensado, no Brasil, fora das determinações que radicam a própria escalada conservadora, sendo, portanto, dimensões do movimento da classe dominante para garantir condições de gestão da crise do capital no âmbito do capitalismo dependente brasileiro.” (MAURIEL el al., 2020, p. 15).

Em um cenário de crise em vários campos societários – político, econômico e social – a pandemia gera uma crise sanitária, que se associa medularmente às demais, pois se articula à crise estrutural do capitalismo.

> A crise do capital, sistêmica e estrutural, expressa, essencialmente, a contradição insolúvel do capitalismo, assentada na produção social e apropriação privada da riqueza, sustentada na exploração da força de trabalho e apropriação do trabalho excedente pelos capitalistas. A crise do capital é sempre uma crise de superprodução e superacumulação, elementos indissociáveis das relações de produção capitalista nos termos de Marx [...] (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 69).

Os efeitos dessa conjuntura no Brasil são devastadores para a classe trabalhadora, pois, a “*superexploração da força de trabalho*, além de aumentar o

desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho" (ANTUNES, 2018, p. 56, grifo do autor) e tais processos são acentuados em momentos de crise do capital.

Conforme dados da PNAD-Contínua (IBGE, 2021a), referentes aos meses de março a maio de 2021, a taxa de desocupação no Brasil era 14,6%, revelando um crescimento em comparação com esse trimestre de 2020, cuja taxa era 12,9%. Outro dado informado pela Agência IBGE Notícias (2021b), nos meses de janeiro a março de 2021, é que a taxa de informalidade no Brasil foi de 39,6% da força de trabalho ocupada, ressaltando a marca da precarização do trabalho em nossa realidade. Sabemos que tais dados precisam ser pontuados levando em consideração que a "diferenciação [...] não é novidade na *história* da classe trabalhadora, sempre clivada por gênero, geração, etnia/raça, nacionalidade, migração, qualificação" (ANTUNES, 2018, p. 58), ou seja, os processos de superexploração poderão ser intensificados por tais determinantes.

Frente ao agravamento das expressões da questão social, as políticas públicas se apresentam como possibilidades históricas de garantia de direitos da classe trabalhadora. No contexto pandêmico, duas das políticas públicas que integram a seguridade social brasileira foram destacadas como serviços essenciais, a saúde e a assistência social. Embora o conjunto das políticas públicas deva ser considerado relevante para o atendimento das demandas da classe trabalhadora, iremos ressaltar alguns desafios do campo da saúde e da assistência social, tendo em vista a centralidade de tais políticas no cenário de pandemia e suas relações intersetoriais com as demais.

A pandemia, mais do que nunca, coloca a relevância do SUS constitucional - dever do Estado, direito de todos – porém convive com o "histórico subfinanciamento e, recentemente, do seu desfinanciamento provocado pela política de austeridade fiscal da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016" (OLIVEIRA, MATOS e SOUZA, 2020, p. 182).

Conforme reflexões de Bravo, Pelaez e Menezes (2020, p. 193), dentre os "projetos de saúde" em disputa no Brasil, consideramos que o "privatista" e o do SUS

"completamente subordinado ao mercado" tem se sobressaído no contexto de ultraneoliberalismo dos governos Temer e Bolsonaro. No primeiro, verificamos:

> [...] a aceleração dos processos de contrarreforma e a continuidade do processo de privatização não clássica na saúde, adensados pelo congelamento de recursos orçamentários para as políticas sociais por vinte anos, cortes orçamentários na política de saúde; a proposição dos chamados planos de saúde acessíveis; propostas de retrocessos na política de saúde mental e de mudanças na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB); articulação efetiva com o setor privado por meio da Coalizão Saúde (2017). (BRAVO, PELAEZ, MENEZES, 2020, p. 195).

As medidas do governo Bolsonaro seguem o reforço da privatização e da visão mercadológica da saúde, sendo que Bravo, Pelaez e Menezes (2020, p. 195), ressaltam "três características básicas do atual governo: extremo liberalismo econômico; temor das mobilizações; e desprezo pela participação da maioria, ou seja, pela democracia, com ataques às instâncias de participação e controle social".

Para além destas questões, vários elementos dificultam o planejamento estatal para o enfrentamento da pandemia no campo da saúde pública: o negacionismo do atual Presidente quanto às medidas protetivas para conter a covid-19, enfatizando aspectos econômicos para conter a crise ao promover discursos apelativos sobre a importância da retomada às atividades laborativas; o não incentivo ao distanciamento social, ao uso de máscaras e à vacinação; a insistência no uso de medicações sem comprovação científica; a constante troca de ministros; e o não investimento no SUS.

Frente ao contínuo crescimento de casos da covid-19, verificamos que tanto a rede pública de atendimento do SUS bem como a privada demonstraram limites estruturais para o atendimento da população. E, que, embora a covid-19 alcance todas as classes sociais, "os dados vêm mostrando que a tragédia é maior para aqueles segmentos da classe trabalhadora com menor poder aquisitivo. Esses segmentos têm, classe, raça, etnia e vivem em territórios distintos. " (OLIVEIRA, MATOS e SOUZA, 2020, p. 187).

Outra política pública considerada como serviço essencial no contexto da pandemia é a assistência social, sendo seus equipamentos públicos, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), locais estratégicos para a população acessar informações e benefícios governamentais. A pandemia vem acentuar a

relação entre assistência social e trabalho, destacada por Mota (2010) e Boschetti (2016), visto que é justamente na conjuntura de precarização do trabalho que a política de assistência social atua junto à "superpopulação relativa" (MARX, 2018), como estratégia estatal para o enfrentamento do agravamento das expressões da questão social, garantindo as condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora.

O estado brasileiro tem privilegiado ações de combate à pobreza, através dos programas de transferência de renda e, ainda, neste momento de pandemia, com as ações emergenciais, como o auxílio emergencial, através da Lei nº 13.982/2020. As ações estatais assistenciais focalizadas no enfrentamento à pobreza não atuam nas desigualdades estruturais entre as classes e servem à lógica de reprodução do capital. Conforme Boschetti (2016, p. 18), a política de assistência social "assume a função de reprodução ampliada da superpopulação relativa em contexto de exasperação do pauperismo e da precarização do trabalho".

Sendo assim, a assistência social, apesar de seus avanços em termos normativos e da instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, "apresenta tendências neoconservadoras que limitam sua própria estruturação como política de proteção – centralidade da transferência de renda, foco do alívio da pobreza extrema, paralelismos, sem deixar de vivenciar os velhos dilemas assistencialistas e clientelistas que ainda se fazem presentes. " (MAURIEL, 2020, p. 240).

O próprio entendimento da população usuária da assistência social, colocada pela PNAS (2005) como pessoas em situação de risco e em vulnerabilidade, desloca a perspectiva de classe dessa população, oriunda da classe trabalhadora precarizada, associada as questões de gênero e raça. Favorece a compreensão de que as demandas apresentadas pela população são situações individuais que podem ser resolvidas através do aumento das capacidades dos sujeitos e das famílias, reforçando uma ideologia liberal, na qual o capitalismo oferece oportunidades para todos, basta serem capacitados.

Também, priorizam-se os atendimentos individualizados nos equipamentos públicos como os CRAS, que, por serem distribuídos territorialmente mais próximos das comunidades, poderiam se constituir em espaços para a realização de ações coletivas e de organização da classe trabalhadora. Por outro lado, o crescente

desinvestimento no SUAS nos dois últimos governos (SILVA, 2020), dificulta a realização de uma perspectiva mais coletiva junto à população, tendo em vista os limites na efetivação dos serviços socioassistenciais, por conta da falta de estrutura física e de recursos humanos dos equipamentos.

Para além dessas questões, acrescentamos como tendências regressivas no campo da assistência social, ações paralelas e que não dialogam com o SUAS, como o Programa Criança Feliz (criado no Governo Temer), que reatualiza práticas conservadoras como o primeiro-damismo e uma concepção tradicional de família (CFESS, 2017). E o Governo Bolsonaro, na contramão do SUAS, cria, em 2019, o Programa Pátria Voluntária e "renova práticas que remota a pior cultura histórica do campo da assistência social: o primeiro-damismo e o voluntariado" (SILVA, 2020, p. 214).

Frente ao contexto apresentado, observamos a necessidade urgente de fortalecimento dos espaços de lutas das políticas públicas, como os Conselhos, Conferências e Fóruns, no sentido posto por Brettas (2020, p. 17):

> Trata-se de pressionar o Estado para que parcelas crescentes do fundo público sejam destinadas às políticas sociais. Um destaque especial deve ser dado à concepção de Seguridade Social, formulada no bojo da luta protagonizada pelo movimento de reforma sanitária, na perspectiva de articular a política de saúde ao enfrentamento de seus determinantes sociais. Fortalecer a integração entre a saúde, a previdência social e a assistência social é a nossa tarefa nesse momento.

Acrescentamos, também, o esforço para articular as demais políticas públicas que se vinculam à seguridade social, tendo em vista a intersetorialidade, de modo a conjugar os diferentes atores sociais e as pautas políticas para o enfrentamento deste cenário destrutivo no âmbito da proteção social brasileira.

3. CONCLUSÃO

Verificamos que o cenário ultraneoliberal acentua a dominação hegemônica das classes dominantes e o uso do aparelho estatal a favor dos seus interesses econômicos e políticos, colocando um grande desafio ao conjunto da classe

trabalhadora - população atendida pelas políticas públicas cada vez mais focalizadas, fragmentadas e desmontadas - a de encontrar caminhos e estratégias de mobilização e luta pelos direitos sociais.

Algumas importantes iniciativas no campo das lutas sociais no âmbito das políticas públicas precisam ser ressaltadas, como a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), conforme ressaltam Oliveira, Matos e Souza (2020, p.196) e Bravo, Pelaez e Menezes (2020), além do Fórum Nacional (e Estaduais) de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS; FETSUAS), pois são movimentos que tensionam o projeto ultraneoliberal de desmonte efetivo das políticas públicas.

A FNCPS configura-se como relevante no cenário de lutas pelo SUS e “contra a privatização da saúde”, e “tem articulado a ela vinte e três (23) fóruns ou frente de saúde estaduais, além de entidades, movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários, que objetivam defender o SUS público, estatal, gratuito e para todos” (BRAVO, PELAEZ, MENEZES, 2020, p. 205).

Já o FNTSUAS, segundo informações do próprio blog do Fórum, é formado por entidades nacionais e pelos fóruns estaduais e configura-se como “um espaço coletivo de organização política dos/as trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social”. Em tal contexto, situamos o importante papel realizado pelo FETSUAS – RJ, nos processos de lutas em defesa do SUAS e contra a precarização das/dos seus trabalhadoras/res no Estado do Rio de Janeiro, conforme observamos nas reuniões da Comissão de Assistência Social do CRESS/RJ.

Compreendemos que os enfrentamentos são coletivos e dos sujeitos sociais históricos que transformam a realidade em constante construção, pois, conforme afirma Marx (2008, p. 47): “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência”. Por isso, a partir do entendimento das políticas públicas como possibilidades históricas de garantia de direitos da classe trabalhadora brasileira, precisamos ocupar os espaços coletivos de lutas como formas de resistência à dominação hegemônica do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2008.
BRASIL. **Lei nº 13429**, de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm . Acesso em: 7 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13467**, de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm . Acesso em: 7 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10282**, de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm . Acesso em: 7 jun. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm . Acesso em: 7 jun. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103**, de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm . Acesso em: 7 jun. 2020.

BRASIL, IBGE. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,6% e taxa de subutilização é de 29,3% no trimestre encerrado em maio.** 2021a. https://www.ibge.gov.br/noticia.html?id=31254. Acesso em: 07 Ago.,2021.

BRASIL. IBGE. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30784-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-oito-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2021. 2021b. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRAVO, M. I. S; PELAEZ, E. J; MENEZES, J. S. B. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. In: **Ser Social**. Brasília, v.22, n.46, jan-jun, 2020, p. 191-209.

BRETTAS, T. Defender a vida é preciso, a economia não. In: MOREIRA, E; GOUVEIA, R, et al. Orgs. **Em tempos de pandemia:** propostas para defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. p. 11-18

ENGELS, F; MARX, K. Feuerbach e História. Rascunho e Anotações. In: _____. **A ideologia alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1945-1846). São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-78.

FNTSUAS. http://fntsuas.blogspot.com/. Acesso em: 13 de Ago. 2021.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

MANDEL, E. O Estado na Fase do Capitalismo Tardio. In: _____. **O capitalismo tardio**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 333-350.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAURIEL, A. P. O. et al. Introdução. **Crise, ultraneoliberalismo e destruição de direitos.** Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020. E-book. Disponível em: https://issuu.com/ navegandopublicacoes/docs/livro_modelo-min__3__d75dd6d3211454. Acesso em: 22 jun. 2021. p. 11-22.

MAURIEL, A. P. O. EXPROPRIAÇÃO DE DIREITOS, CAPITALISMO DEPENDENTE E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: reflexões sob os efeitos da pandemia da covid-19. In: MAURIEL, A. P. O. et al. **Crise, ultraneoliberalismo e destruição de direitos.** Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020. E-book. Disponível em: https://issuu.com/ navegandopublicacoes/docs/livro_modelo-min__3__d75dd6d3211454. Acesso em: 22 jun. 2021. p. 225-257.

OLIVEIRA, D. L; MATOS, M.C; SOUZA, R.O. CRISE CAPITALISTA E DESESTRUTURAÇÃO DE DIREITOS: seus efeitos na política de saúde e para os trabalhadores do setor. In: MAURIEL, A. P. O. et al. **Crise, ultraneoliberalismo e destruição de direitos.** Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020. E-book. Disponível em: https://issuu.com/ navegandopublicacoes/docs/livro_modelo-min__3__d75dd6d3211454. Acesso em: 22 jun. 2021. p. 181-203.

SCHMIDT, J. A. C. **A gestão pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Niterói/RJ:** os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no foco crítico. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Centro de Ciências sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo= 9311. Acesso em: 10 maio 2021.

SILVA, M. M. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA: há uma crise sanitária no caminho da crise do capital. In: MAURIEL, A. P. O. et al. **Crise, ultraneoliberalismo e destruição de direitos.** Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020. E-book. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_modelo-min__3__d75dd6d3211454. Acesso em: 22 jun. 2021. p. 205-224.

SOBRE O COTIDIANO: premissa teórico-metodológica e aproximações à sua conformação histórico-social no presente

RESUMO: Tomando como mera inspiração inicial as alterações processadas na vida em sociedade por ocasião da pandemia da covid-19, este artigo procura retomar reflexões sobre o cotidiano encaminhando-as à luz dos componentes que o determinam duplamente: teoria e história. Num primeiro momento, busca situar o estatuto ontológico da vida cotidiana como premissa teórico-metodológica fundamental para, em seguida, trazer à tona alguns poucos elementos dos quais o cotidiano é saturado, sobretudo na particularidade brasileira do tempo presente. Ao final, reafirma a classe social como condicionante histórico-social central da vida cotidiana, a ser assumido como norte da pesquisa histórica sobre ela.

Palavras-chave: Cotidiano; História; Ontologia do ser social

ABSTRACT: Taking as mere initial inspiration the changes made to life in society at the time of the covid-19 pandemic, this article seeks to resume reflections on everyday life, focusing on the components that doubly determine it: theory and history. At first, it seeks to situate the ontological status of everyday life as a fundamental theoretical-methodological premise to then bring to light a few elements of which everyday life is saturated, especially in the Brazilian particularity of the present time. In the end, it reaffirms social class as the central social-historical condition of everyday life, to be assumed as the north of historical research on it.

Keywords: Everyday; History; Ontology of social being

1. INTRODUÇÃO

Nos instigantes apontamentos textuais de apresentação da *X Jornada Internacional de Políticas Públicas* (JOINPP) consta a afirmação de que é “necessária uma tomada de partido pela causa dos oprimidos” em face da situação histórica que marca a vida social no tempo presente, particularmente a concretude que assume em solo brasileiro. A despeito de ser tal necessidade imanente ao projeto emancipatório que, pela crítica ao trabalho alienado e pelo seu horizonte de luta anticapitalista, articula o conjunto das formas de luta imprescindíveis à sua sobrevivência – conforme

também contido na página eletrônica do evento em questão –, merece especial atenção a afirmação de que "tomar partido" na *atualidade é uma necessidade*. Necessidade por nós considerada aqui na exata medida em que a pensa Heller (1978, p. 44): "A gênese do homem é no fundo a gênese das necessidades", cuja estrutura só pode ser apreendida, também conforme a mesma Heller (1978, p. 32), "em conexão com o conjunto das relações sociais". Ou seja, as necessidades são um produto social das relações sociais tal como configuradas num dado tempo e espaço, o que impõe a obrigatoriedade da compreensão da história em que são produzidas. Assim, é a história atual que explica, exatamente porque produz, a atualidade daquela necessidade, ademais da mencionada imanência. Portanto, qual o conteúdo da história que vivemos e na qual estamos implicados que impõe como necessidade "uma tomada de partido pela causa dos oprimidos"? Nos parece que uma resposta coerente com o sentido mesmo desta *necessidade* exige contemplar não somente a luta pela sobrevivência da causa em que questão, mas, mais exatamente: a luta pela sobrevivência dos próprios sujeitos que encarnam múltiplas formas de opressão. Ou seja, não (somente) a causa, mas a vida dos sujeitos que concretizam sua (re)produção parece estar no centro da resposta, pois, ainda que não se separe a causa do sujeito, a ameaça *cotidiana*, frontal e explícita, de morte expressa o aniquilamento da vida em cuja raiz se processa e se escancara a causa.

Considerando que a pandemia da covid-19 adquire contornos muito particulares no Brasil no que tange às estratégias adotadas para seu enfrentamento, via políticas que deliberadamente escolhem pelo "deixe morrer", seus sujeitos – resguardadas as devidas particularidades da constelação de determinações de ordens distintas que envolve uma situação pandêmica – são a própria encarnação de múltiplas formas de opressão, enfeixadas todas elas pela condição da classe a que pertencem, a "classe-que-vive-do-trabalho" (ANTUNES, 2009). Integrando os ensaios em torno de *O ódio como política* (GALLEGO, 2018), Teles (2018, p. 71) analisa que a "a estrutura repressora do Estado e o governo das subjetivações cristalizam os elementos de dominação, fundamentalmente em torno do racismo, do patriarcado e da diferença de classes", suscitando, em face do frescor do contexto em que vivemos e de forma mais ou menos implícita, indagações e reflexões acerca da repressão e

das formas de dominação via políticas do "deixe morrer"[i]. Aqui não nos interessa tanto a problematização em torno da morte como política de Estado que talvez defina, implicitamente ou não, as persistentes formas de intervenção e dominação[ii] exercidas pelo Estado brasileiro junto à classe trabalhadora em momentos distintos da nossa história. Ainda que seja esse um elemento crucial que tanto atravessa a qualificação da compreensão do que a seguir somente assinalamos, quanto amarra o conjunto das reflexões propostas na Mesa Temática Coordenada (MTC) a qual integramos com as anotações seguintes, é justamente nos limites delas que procuramos prosseguir agora. Um prosseguimento que busca elaborar um sintético registro de algumas das exigências analíticas, sobretudo à luz de Heller (1991, 2000), que podem contribuir para a apreensão das necessidades típicas da história do tempo e do espaço em que são (re)produzidas no âmbito do cotidiano como o "reino da necessidade", segundo as lições de Marx.

Assim, essa elaboração faz-se em dois momentos. Primeiramente, procuramos situar uma premissa teórico-metodológica que nos parece fundamental para uma abordagem que pretende apanhar a vida cotidiana como categoria ontológica, e, portanto, com vistas a reafirmação de que, sendo ela o âmbito da continuidade da vida em condições histórica e socialmente determinadas, passam por ela necessariamente as formas de opressões, de alienação, de exploração, de luta de classes e das configurações assumidas pelas classes, seja na experimentação da dominação ou do seu exercício, das ideologias tecidas no seio desses processos, das respostas institucionais a eles, entre tantos outros. Não é preciso dizer que não problematizamos tais elementos, apenas os registramos com vistas a salientar que eles passam, ainda que distintamente e de formas muito particulares, pela vida cotidiana, o que nos permite ao menos sublinhar que sua abordagem pode iluminar a apreensão mesma do ser social movido e movente na dinâmica daqueles processos. Num segundo momento, tentamos somente registrar alguns dos elementos que parecem sustentar, de modo geral, o cotidiano do tempo presente, buscando grifar que o empenho na pesquisa histórica desses elementos (e, obviamente, de tantos outros) pode ser uma tarefa de especial importância na compreensão da definição das classes em seu movimento histórico (MATTOS, 2019), ou, da "consciência de classe e lutas sociais

[com vistas à] na superação da barbárie", conforme sugere o subtítulo dessa X JOINPP. Tais elementos, se em parte sustentam o cotidiano da vida social, são também abordados no conjunto das reflexões então propostas pela já referida MTC. Ao final, anotamos algumas poucas indagações que talvez possam amparar o citado empenho na pesquisa histórica requisitada pela apreensão crítica da vida cotidiana na exata perspectiva da superação apontada no tema desta Jornada.

2. COTIDIANO E SUA PREMISSA TEÓRICO-METODOLÓGICA FUNDAMENTAL

Embora pareça óbvia a afirmação de que a vida cotidiana e a história estejam ontologicamente implicadas, posto que não há história sem cotidiano e não há cotidiano do qual não brote a história, vale a pena um apontamento inicial aqui tão somente ocasional no intuito de grifar o *peso da história* como componente constitutivo das premissas teórico-metodológicas atinentes à uma leitura marxista do cotidiano.

Em fases distintas da obra lukácsiana, o filósofo húngaro apresenta duas (entre tantas outras) afirmações acerca do cotidiano que despontam por dentro do tratamento de temas precisos e distintos: a estética e a ideologia, nos limites dessas linhas apenas citadas com vistas a chegarmos no apontamento que queremos. Ao estabelecer algumas bases introdutórias de sua *Estética*, Lukács afirma, por exemplo, que os reflexos científico e estético "[...] nascem das necessidades da vida cotidiana, tem que dar respostas aos seus problemas [...]" (LUKÁCS, 1965, p. 35 – livre tradução). Assim também, ao examinar o significado da ideologia, nosso autor afirma que "[...] toda ideologia possui o seu ser-propriamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. [...]" (LUKÁCS, 2013, p. 465), sendo que o "*hic et nunc* do ser-propriamente-assim" ou, o que é o mesmo, a "ontologia cotidiana do período" (LUKÁCS, 2013) é situada como a origem da ideologia.

Na imprescindível *Sociologia da vida cotidiana* de Heller comparece uma concepção da vida cotidiana extremamente fecunda como chave de leitura que exige a apreensão de sua inerente historicidade, qual seja: "a vida cotidiana é *o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares*, os quais, por sua

vez, criam a possibilidade da *reprodução social*" (HELLER, 1991, p. 19 – livre tradução – grifos nossos). Sem ainda dialogarmos com a preciosidade dessa concepção, vale acrescentar que tal conjunto de atividades movimenta (e é movimentada!) justamente a própria estrutura da vida cotidiana em suas características ontológicas fundamentais, como a heterogeneidade, a espontaneidade, a analogia, entre outras (HELLER, 2000).

Eis então o aludido apontamento inicial: tanto os instigantes exames de Lukács (1965, 2013) sobre o cotidiano, quanto as fecundas investigações de Heller (1991, 2000) sobre o tema, convergem explícita e candidamente para sua ineliminável condição histórica, da qual resulta e simultaneamente contribui para determinar. É, pois, assim, que numa tal abordagem do cotidiano suas análises permanecem obrigatória e necessariamente atadas à apreensão da história – daí desatadas esvai-se o ser social então (re)produzido no cotidiano e que também dele resulta. Daqui salta o *estatuto ontológico do cotidiano* que consiste justamente na premissa teórico-metodológica sobre a qual tentamos refletir. Nos parece muito provável que é da articulação das próprias pesquisas de Heller (1991, 2000) que ele se põe cristalinamente; vejamos por meio de algumas das consequências contidas nas teses cruciais da nossa autora, para, em seguida, registrarmos alguns dos componentes que o sustentam socialmente hoje.

Na primeira delas, cuja passagem textual citamos a pouco, constam, ao menos três elementos da maior relevância: (1) o cotidiano se define pelas atividades que marcam a (re)produção dos sujeitos em sua singularidade[iii], o que implica nos (2) conteúdos e determinações histórico-sociais de tais atividades num dado tempo e espaço, assim como na definição/substância dinâmica da própria singularidade, cuja realização torna possível (3) a (re)produção social. Não à toa escrevemos antes que aqui se situa uma fecunda chave de leitura, afinal ela contém literalmente a abertura para múltiplas determinações e nexos; de toda maneira, sugerimos que seu cerne reside exatamente na vinculação ontológica entre singularidade e genericidade ou ainda na (re)produção social como um processo tornado possível pela (re)produção dos sujeitos singulares, afinal "para reproduzir a sociedade é necessário que os homens particulares se reproduzam a si mesmos como homens particulares"

(HELLER, 1991, p. 27 – livre tradução). Nos limites desse texto, compete-nos somente grifar a singularidade e a genericidade como dimensões ontológicas do ser social que guardam articulações de natureza eminentemente histórico-social das quais é tecido o cotidiano, evidenciando-se também a vinculação entre "pequeno mundo" (ou "ambiente imediato") e "grande mundo": "[...] na vida cotidiana o particular se reproduz a si mesmo e a seu mundo (o 'pequeno mundo') diretamente e o conjunto da sociedade (o 'grande mundo') de modo indireto" (HELLER, 1991, p. 27 – livre tradução). As consequências que daqui despontam contribuem para uma compreensão mais nítida dos três elementos destacados na medida exata em que a (re)produção do sujeito singular é tanto a (re)produção do "pequeno mundo" onde se situa e, portanto, de atividades que o constituem, ou seja, o cotidiano mesmo, quanto expressão de um momento da (re)produção do "grande mundo"[iv].

Este processo, cujo motor parece estar nos conteúdos e nas condições sociais precisas nas quais aquelas atividades são determinadas, supõe, portanto, a assimilação do "pequeno mundo" como assimilação de dadas relações sociais (HELLER, 2000), o que se evidencia desde a realização de atividades que marcam a (re)produção dos sujeitos singulares – incluindo sobretudo o trabalho sem o qual não se viabiliza a continuidade da vida –, até a manipulação de coisas que manifestam usos e costumes também constitutivos daquilo que Heller (1991) nomeou como *objetivações genéricas em si*[v] constituintes, por excelência, do cotidiano. O que queremos salientar é que essa assimilação se dá pela *heterogeneidade*, uma vez que, conforme nos ensina Heller (2000), no cotidiano realizamos atividades portadoras de conteúdos e significação diversos e variáveis (do trabalho à vida privada, passando pelo lazer, pelo descanso, etc.), mas se dá também pela *espontaneidade*, posto que "o ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da vida cotidiana [...] não estão absolutamente em contradição com essa espontaneidade; ao contrário, implicam-se mutuamente" (HELLER, 2000). Numa análise semelhante, Lukács (1965) nos ensina que o homem do cotidiano é o "homem inteiro" que atua e responde às necessidades e exigências da vida cotidiana pondo em movimento todas as suas forças, paixões, aptidões, habilidades, etc., o que significa que nenhuma delas pode "[...] realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade" (HELLER, 2000, p. 17), o que implicaria no

"inteiramente homem" (LUKÁCS, 1965). Por isso mesmo, aquela assimilação dá-se ainda pela *analogia* e pela *ultrageneralização* que permitem aos sujeitos singulares agirem orientados pela adoção de parâmetros, esquemas, referências já conhecidos e experimentados. Eis aqui a segunda tese desenvolvida por Heller (2000): as características da estrutura ontológica da vida cotidiana.

Ou seja, é pelo processo de (re)produção dos sujeitos singulares sustentado pelo desenvolvimento de atividades então constitutivas da vida cotidiana que as características de sua estrutura são simultaneamente reproduzidas – daí a explicitação cristalina do estatuto ontológico da vida cotidiana extraída da articulação das teses (e suas consequências!) cruciais de nossa autora acerca do cotidiano. Neste sentido, as características fundantes de sua estrutura então reproduzidas nas atividades que marcam a reprodução dos sujeitos singulares parecem (ambas, a estrutura e a reprodução) nos autorizar a uma compreensão do cotidiano como *aliança entre condição de existência e forma social de vida*: a produção e reprodução da existência é, pois, fundamentalmente produção e reprodução da vida cotidiana, mas o é em condições, circunstâncias e determinações necessariamente histórico-sociais prenhes ainda de particularidades fincadas num dado tempo e espaço. Assim, a apreensão da história impõe-se como exigência teórica permanente porque o ser que a constrói e nela atua é tanto seu produtor quanto seu produto – donde a "ontologia cotidiana do período" (LUKÁCS, 2013) como fonte da fabricação das necessidades, incluindo aquelas cujas respostas exigem a ultrapassagem do cotidiano.

3. BREVES APROXIMAÇÕES À CONFIGURAÇÃO DO COTIDIANO NO PRESENTE

Não restam dúvidas de que a instalação da pandemia com a qual convivemos aproximadamente há um ano e meio provocou alterações mais ou menos significativas no chamado mundo do trabalho; nas formas de intercâmbio, convivência e interlocução entre os sujeitos nos mais diferentes espaços e esferas da vida; nas condições e possibilidades do desenvolvimento de segmentos etários diversos; na experimentação da educação e da cultura; nas formas de resistência e manifestação

face ao alargamento das ameaças à vida, entre tantos outros. Os dados diários de mortes em função do vírus da covid-19 no contexto brasileiro ainda são ininterruptos, como são ininterruptas as expressões da devastação embutida nas respostas institucionais do "deixe morrer" pelo atual governo federal. Passamos a conviver com manifestações escancaradas da *finitude* e da *destruição*, o que, como sabemos, não se explica jamais pela instalação da pandemia, mas pela instalação entre nós desde o resultado das eleições presidenciais de 2018 de uma política que tem na "exceção civilizatória" (AB´SÁBER, 2010) que marca nosso país, sua regra constante.

De fato, o cotidiano tem sido assim: nacos de civilização e abundância da barbárie! Das 562.752 mil mortes a que chegamos no Brasil[vi], à fila para pegar ossos num açougue da capital mato-grossense[vii], passando pelo recente incêndio do galpão da Cinemateca Brasileira localizado na Zona Oeste da cidade de São Paulo, nosso cotidiano tem sido atravessado pela convivência com expressões diversas da morte e da devastação. No entanto, é preciso cautela na leitura, ainda que seja ela meramente aproximada e que ensaie eventuais reflexões a serem efetivamente empreendidas no que tange à pesquisa concreta do cotidiano.

Longe da banalização (talvez outra expressão do sentido destrutivo do nosso tempo!) da finitude já aludida, é preciso destacar que a convivência com a morte e/ou com sua ameaça constante não é nova por aqui, conforme anota Ab´Sáber (2010, p. 201): "[...] o Exército brasileiro e o poder social endinheirado a ele agregado em 1964 conseguiram configurar uma sociedade definitivamente autoritária e violenta, que exclui de si, como na sua origem, o sentido da dignidade humana [...]". Assim, é necessário acrescentar às expressões de morte e devastação citadas, os "[...] corpos matáveis pelas *balas perdidas*" (TELES, 2010, p. 308 – grifos no original), mas também a luta incansável pela garantia da sobrevivência por meio de trabalhos ultra precarizados, aviltantes e que subtraem a vida dos sujeitos que a empreendem. Manifestações outras daquela mesma exclusão da dignidade analisada por Ab´Sáber, elas sugerem que o cotidiano da classe trabalhadora no Brasil é historicamente determinado pelo limite da vida e da sobrevivência, seja porque as atividades que marcam a (re)produção dos seus sujeitos singulares definem-se pelo trabalho como luta pela sobrevivência, seja porque o "pequeno mundo" é assimilado por gestos de

escape das “balas perdidas” ou pela defesa constante de si próprios contra ataques que concretizam nossa herança conservadora, autoritária, racista, sexista que atualizam em conjunturas distintas e precisas, formas de dominação típicas do nosso “grande mundo”.

Tendo em vista o caráter despretensioso e meramente aproximativo dessas linhas é preciso ao menos registrar que esses traços que parecem particularizar o cotidiano dos trabalhadores entre nós articulam-se e exprimem determinações de maior abrangência, também de natureza histórico-social. Uma delas e que parece guardar centralidade diz respeito ao componente de *classe* impresso na vida cotidiana. Como sabemos, muito embora esta não seja necessariamente alienada[viii], nas sociedades de classes certamente ela o será: “A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que *mais se presta à alienação*” (HELLER, 2000, p. 37 – grifos no original); alienação que adquire formas particulares seja no interior do capitalismo, seja no âmbito das distintas fases de seu desenvolvimento. Neste sentido, a condição alienada do cotidiano sob o capitalismo é solidificada e densificada com o peso da reificação que garante a presença do ordenamento capitalista em toda a vida social. Conforme a certeira análise de Netto (1981, p. 81 – grifo no original):

> Na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares [...] – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna *administrado* [...].

Assim, a vida cotidiana tem na reificação um dos seus condicionantes históricos mais fundamentais, posto que ao garantir aquela presença no conjunto da vida em sociedade garante a própria preservação de múltiplas formas de dominação e sua assimilação pela via da espontaneidade tão típica da vida cotidiana. Seu inerente componente de classe evidencia-se assim desde o “pequeno mundo” por meio da imediaticidade que lhe é própria e que citamos a pouco, até mesmo à sua gênese no “grande mundo” – desta articulação saltam, portanto, não somente as expressões cotidianas das formas de dominação constitutivas da nossa brasilidade e embaladas

pela reificação tipicamente capitalista, mas também os meandros das relações sociais em que são produzidas e de onde partem. Numa palavra: a premissa teórico-metodológica que nos orienta é a mesma que impõe à análise a exigência de transitar entre o "pequeno mundo" e o "grande mundo" com vistas a agarrar o ser do ser social, daí a prevalência e a centralidade da classe na definição histórico-ontológica da vida cotidiana sob o capitalismo e norte de toda a pesquisa histórica que pretende compreendê-la.

4. CONCLUSÃO

Com a certeza de que nessas linhas não fizemos outro exercício senão o de assinalar o estatuto ontológico do cotidiano em seus componentes mais imprescindíveis, salientando, consequentemente a história como dado que lhe é imanente, acreditamos que neste registro final valha voltarmos ao começo.

Se, nossa regra é a "exceção civilizatória" (AB´SÁBER, 2010) – que, muito embora pulse no percurso da sociedade brasileira, é assumida pelo governo genocida nas suas múltiplas práticas destrutivas –, a tomada de partido pela causa dos oprimidos é de fato uma necessidade porque implica na própria luta pela preservação da vida. É, pois, na conformação do cotidiano resultante das mediações entre o "grande mundo" e o "pequeno mundo" que tanto as opressões são (re)produzidas, quanto são tecidas e processadas as formas e possibilidades de resistência a elas. Aqui, o trabalho como atividade que parece caracterizar a (re)produção dos sujeitos singulares que somente dele vivem evidencia aquela conformação desde a condição de classe, mas também de determinações múltiplas que a atravessam e que se (re)produzem na vida cotidiana como momento privilegiado, porque viabilizador, da (re)produção social.

Muito embora neste artigo tenhamos buscado retomar reflexões antes desenvolvidas, é preciso explicitar uma vez mais que é precisamente da premissa teórico-metodológica apontada que salta a exigência da pesquisa histórica permanente do cotidiano, o que, por sua vez, nos coloca novamente diante dos seus próprios determinantes teóricos. A ênfase que procuramos atribuir à classe como

condicionante central da vida cotidiana talvez seja um dos elementos que contribua para o desvendamento permanente do ser social que opera e se move no cotidiano saturado de dinâmicas e particularidades históricas e sociais: se a finitude com a qual nos defrontamos hoje parece nos ensinar que *Bacurau* não é novo entre nós, dada aquela "exceção civilizatória", cabe a constante depuração do cotidiano em seus elementos passados e presentes.

REFERÊNCIAS

AB´SÁBER, T. Brasil, a urgência significante política (uma comunicação). In. SAFATLE, V.; TELES. E. (Orgs.). *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 187-202.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GALLEGO, E. S. (Org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

HELLER, A. *Teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
_____. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1991.
_____. *O Cotidiano e a História*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LUKÁCS, G. Los problemas del reflejo en la vida cotidiana. In: LUKÁCS, G. *Estética I* – la peculiaridade de lo estético. Barcelona: Grijalbo, 1965. p. 33-146.
_____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora*: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

TELES, E. Entre justiça e violência: estados de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In. SAFATLE, V.; TELES. E. (Orgs.). *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 299-318.

_____. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In. GALLEGO, E. S. (Org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 65-72.

---

[i] A declaração "Por mim, só comprava saco preto" emitida pelo então ocupante da cadeira de Ministro da Saúde do Governo Federal, Eduardo Pazuello, é mais do que ilustrativa daquilo que que estamos procurando apontar. A esse respeito, conforme matéria publicada pela *Revista Fórum* no último 28 de junho: https://revistaforum.com.br/politica/exclusivo-andrea-barbosa-ex-de-pazuello-na-crise-de-oxigenio-de-manaus-ele-disse-que-por-ele-so-comprava-saco-preto/#

[ii] Tendo em vista o exato sentido da dominação burguesa entre nós conforme conferido por Fernandes (1976, p. 213): "O modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da 'velha' e da 'nova' oligarquia converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária".

[iii] Em Heller (1991) a noção de "particular" ou "homens particulares" equivale a "singular" ou "homens singulares", respectivamente.

[iv] Nem de longe isto equivale a tomada de um homem singular como representante da genericidade humana: "Também enquanto indivíduo [...] é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração [...] cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua 'consciência de nós'" (HELLER, 2000, p. 21).

[v] "Esta esfera de objetivações genéricas em si é a resultante de atividades humanas [...]. Seus três momentos, distintos mas de existência unitária, são: primeiro, *os utensílios e os produtos*; segundo, *os usos*; terceiro, *a linguagem*" (HELLER, 1991, p. 228 – grifos no original).

[vi] Dado extraído aos 09 de agosto de 2021 da seguinte fonte: https://www.seade.gov.br/coronavirus/

[vii] Conforme consta na seguinte reportagem: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contra-a-fome.ghtml

[viii] Nos limites deste texto cumpre pelo menos reafirmar que sua gênese se encontra no trabalho – conforme nos ensina Marx em *Manuscritos econômico-filosóficos* –, ou, mais corretamente, nas condições e relações sociais estabelecidas entre as classes no processo de produção social (que é também reprodução!) que o particulariza.